

**VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÃO ÀS DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA**

**SCHOOL VIOLENCE: A CONTRIBUTION TO DISCUSSIONS ON VIOLENCE**

**VIOLENCIA ESCOLAR: UNA CONTRIBUCIÓN A LOS DEBATES SOBRE LA  
VIOLENCIA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-267>

**Data de submissão:** 19/11/2025

**Data de publicação:** 19/12/2025

**Werlang Cutrim Gomes**

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3148-6303>

E-mail: wc.gomes@ufma.br

**Luis Félix de Barros Vieira Rocha**

Doutor em Educação

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9309-3175>

E-mail: luis.felix@ufma.br

**Hugo Victor Silva Santos**

Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica

Instituição: SEDUC/MA

ORCID: 0009-0005-8583-1456

E-mail: hvictoredfcursos@gmail.com

**Mariceia Ribeiro Lima**

Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica

Instituição: IFMA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9699-5310>

E-mail: mariceia@ifma.edu.br

**Luzangela Cristina da Silva Leite Fernandes**

Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica

Instituição: SEDUC/MA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3130-184X>

E-mail: luzangelacris@gmail.com

**Brenda Martinha Caldas Azevedo**

Especialista em Psicopedagogia

Instituição: SEMED/Paço do Lumiar

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0201-3782>

E-mail: brenda.azzevedo9@gmail.com

**Elisângela Lourêdo Marinho**  
Especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro Autista  
Instituição: SEMED/São Luís  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6662-820>  
E-mail: elisml@yahoo.com.br

**Juliana Malta Soares**  
Especialista em Psicologia da Educação  
Instituição: SEDUC/MA  
ORCID: 0009-0000-2460-6558  
E-mail: juliana\_malta\_s@hotmail.com

## **RESUMO**

O artigo aborda sobre Pedagogia de Projetos no ensino de Geografia no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Buscou-se analisar como a implementação da Pedagogia de Projetos pode promover a compreensão crítica das questões étnico-raciais, valorizando a diversidade cultural e histórica do Brasil e fortalecendo práticas educativas que favoreçam a inclusão e a equidade social.

**Palavras-chave:** Pedagogia de Projetos. Geografia. Relações Étnico-Raciais.

## **ABSTRACT**

This article addresses Project Pedagogy in Geography teaching within the context of Education for Ethnic-Racial Relations. The aim was to analyze how the implementation of Project Pedagogy can promote a critical understanding of ethnic-racial issues, valuing Brazil's cultural and historical diversity, and strengthening educational practices that foster inclusion and social equity.

**Keywords:** Project Pedagogy. Geography. Ethnic-Racial Relations.

## **RESUMEN**

Este artículo aborda la Pedagogía de Proyectos en la enseñanza de Geografía en el contexto de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales. El objetivo fue analizar cómo la implementación de la Pedagogía de Proyectos puede promover una comprensión crítica de las cuestiones étnico-raciales, valorando la diversidad cultural e histórica de Brasil y fortaleciendo prácticas educativas que fomenten la inclusión y la equidad social.

**Palabras clave:** Pedagogía de Proyectos. Geografía. Relaciones Étnico-Raciales.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa a problemática da violência escolar no âmbito da educação básica, destacando os diferentes tipos de violência e as teorias que buscam explicá-la. Inicialmente, aborda-se a classificação proposta por Agozino (2011), que distingue a violência auto infligida, interpessoal e coletiva. A primeira relaciona-se a comportamentos como suicídio e automutilação; a segunda inclui agressões familiares e comunitárias; já a terceira compreende as dimensões social, política, econômica e religiosa.

No campo teórico, diversas interpretações são apresentadas. Para autores ligados ao realismo político, como Hobbes, Freud e Fromm, a violência seria inerente ao ser humano, estando relacionada a instintos de sobrevivência e defesa territorial, como também indicam os estudos de etólogos inspirados em Konrad Lorenz (Agozino, 2011). Pesquisas etológicas com chimpanzés, conduzidas por Jane Goodall (1973) e Richard Wrangell (1970), reforçam a noção de que a violência é parte da natureza animal. Em contraste, Bandura defende que a agressividade é um comportamento aprendido, moldado por reforços sociais.

Outro aporte teórico importante é a teoria da frustração-agressão, desenvolvida por Dollard e colegas na Universidade de Yale (1939), segundo a qual os obstáculos à realização de objetivos geram frustração e esta, por sua vez, desencadeia violência (Agozino, 2011). Complementarmente, Hannah Arendt considera a violência como expressão da impotência, distinguindo entre agressividade expressiva e espontânea, ligadas a emoções destrutivas ou a mecanismos de autoafirmação.

As causas da violência, portanto, podem ser reativas, expressivas ou espontâneas, sendo a expressiva aquela que mais se intensifica no contexto atual, por estar vinculada a emoções destrutivas (Agozino, 2011). Nesse sentido, a noção de privação relativa torna-se central, pois evidencia a discrepância entre valores desejados e alcançados. Essa condição pode gerar violência coletiva, política ou econômica, afetando tanto setores marginalizados quanto grupos privilegiados que perderam status ou bens adquiridos. Assim, a violência não se restringe a um grupo social específico, mas perpassa todas as camadas, sendo agravada por desigualdades estruturais e contextos de exclusão.

## 2 VIOLÊNCIA ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As pesquisas evidenciam que a violência nas escolas brasileiras manifesta-se de diversas formas, desde agressões físicas, invasões e depredações, até ferimentos e mortes, envolvendo diferentes sujeitos — alunos, professores e funcionários (Abramovay; Graças Rua, 2003). Além disso, a violência simbólica, de difícil percepção, atua de modo sutil e muitas vezes não é reconhecida por aqueles que a sofrem.

Nesse contexto, é fundamental diferenciar indisciplina de violência, uma vez que determinadas exigências escolares não fazem sentido para crianças pequenas, como permanecer longos períodos sentadas em silêncio. A ausência de projetos pedagógicos coletivos que promovam autonomia e cooperação é apontada como um dos fatores que favorecem tais conflitos. A chamada **zoação**, por exemplo, pode funcionar como reguladora das condutas juvenis, gerando coesão social, mas também degenerar em “bagunça”, contribuindo para a fragilização do papel normativo da escola (Gonçalves; Tosta, 2008).

Outro ponto de reflexão diz respeito ao individualismo pós-moderno e à lógica de interesses imediatos que marcam a sociedade brasileira, onde prevalece a valorização da vantagem pessoal e da ascensão financeira rápida, muitas vezes por meios ilícitos, difundida inclusive pela mídia. A escola, nesse cenário, deixou de priorizar a formação moral e social em favor de uma preparação técnica e científica limitada, muitas vezes reduzida a ocupar crianças em tempo integral sem oferecer perspectivas efetivas de transformação social. Como resultado, muitos jovens acabam abandonando a escola para ingressar precocemente no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão (Zaluar, 1992).

A crise educacional brasileira é associada à ausência de uma dimensão espiritual e cultural na formação, consequência de um paradigma positivista que privilegiou a técnica em detrimento da formação ética. O período da ditadura militar (1964–1988) supriu debates sobre a natureza moral da educação, e as reformas subsequentes não conseguiram definir um objetivo claro para o sistema educacional, que não forma nem técnicos plenamente capacitados nem cidadãos críticos (Barreto, 1992).

Nesse quadro, a população deposita no Estado a expectativa de suprir suas necessidades imediatas, sem acreditar que a educação seja capaz de reduzir a pobreza, o que resulta em sua desvalorização social (Paiva, 1992). Apesar disso, depoimentos revelam que a ação pedagógica dos professores é mais efetiva no enfrentamento de comportamentos antissociais do que a intervenção policial, reconhecendo que a violência escolar reflete a violência social mais ampla (Fukui, 1992).

A violência escolar é um fenômeno multifacetado que afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem e a convivência no espaço educacional. No contexto da educação básica, esse problema não se restringe apenas à agressão física, mas também envolve manifestações verbais, simbólicas, psicológicas e até mesmo digitais, como o cyberbullying (Abramovay, 2002).

As escolas, enquanto espaços de socialização, acabam refletindo tensões sociais mais amplas, como desigualdades econômicas, discriminação racial, de gênero e exclusão social. Dessa forma, a

violência escolar deve ser compreendida não apenas como um conflito interpessoal entre estudantes, mas como um fenômeno que emerge de relações sociais complexas (Charlot, 2002).

Além disso, a violência no ambiente escolar compromete tanto o rendimento acadêmico quanto o bem-estar emocional de professores e alunos. Pesquisas demonstram que estudantes expostos a situações de violência apresentam maior risco de evasão escolar, queda de desempenho e dificuldades emocionais (Silva, 2010). Do ponto de vista docente, a insegurança e o medo reduzem a qualidade do trabalho pedagógico, impactando a função social da escola (Lopes & Silva, 2018).

Para o enfrentamento desse fenômeno, políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas têm sido propostas, valorizando a cultura da paz, o diálogo e a mediação de conflitos (Candau, 2011). Estratégias como projetos de educação para os direitos humanos, rodas de conversa e ações interdisciplinares são fundamentais para transformar a escola em um espaço democrático e de respeito às diferenças.

O combate à violência escolar exige um olhar integrado que envolva a comunidade escolar, as famílias e a sociedade. Mais do que controlar comportamentos, é preciso promover práticas pedagógicas que fortaleçam o sentimento de pertencimento, solidariedade e respeito, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis (Oliveira, 2016).

A violência escolar constitui um dos maiores desafios enfrentados pela educação brasileira, pois compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, interfere nas relações interpessoais e ameaça o direito fundamental de crianças e adolescentes a uma educação segura. De acordo com Abramovay (2002), a violência no ambiente escolar não pode ser analisada isoladamente, já que reflete as desigualdades sociais, econômicas e culturais presentes na sociedade.

Nas escolas brasileiras, a violência assume múltiplas formas, desde agressões físicas e verbais entre estudantes até práticas de bullying, discriminação étnico-racial, de gênero e situações de cyberbullying (Oliveira & Silva, 2020). Além disso, professores e gestores também se tornam alvos de agressões, revelando a complexidade desse fenômeno. Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2018) destacam que episódios de violência impactam negativamente tanto o desempenho acadêmico quanto a permanência dos alunos na escola.

Um aspecto importante a ser considerado é que a violência escolar não está restrita aos muros da instituição, mas resulta de fatores sociais mais amplos, como a violência urbana, a ausência de políticas públicas eficazes e a desestruturação familiar (Zaluar, 1994). Nesse sentido, a escola, ao mesmo tempo em que sofre os efeitos da violência externa, pode reproduzir práticas violentas por meio de exclusões simbólicas e autoritarismo pedagógico (Charlot, 2002).

Para enfrentar esse problema, torna-se essencial investir em políticas educacionais que promovam a cultura da paz e o respeito à diversidade, fortalecendo programas de mediação de conflitos e práticas restaurativas (Abramovay & Rua, 2003). A participação da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, famílias e gestores, é fundamental para a construção de um ambiente de convivência mais saudável. Além disso, a formação continuada de professores sobre gestão de conflitos e práticas inclusivas pode contribuir para reduzir a incidência de situações violentas (Cunha, 2017).

Portanto, a violência escolar nas escolas brasileiras exige uma abordagem multidimensional que articule ações pedagógicas, sociais e políticas. A construção de uma educação pautada na equidade, no respeito e na valorização da diversidade pode contribuir para transformar a escola em um espaço de convivência democrática e de promoção de direitos.

### **3 EXCLUSÃO DO ESTUDANTE DA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CAMINHO PARA O PRESÍDIO**

A escola ocupa um papel central na formação cidadã, na construção de valores e no desenvolvimento de perspectivas de futuro. Quando ocorre a exclusão de estudantes do ambiente escolar, seja pela evasão, pela repetência sucessiva, pela falta de políticas públicas adequadas ou mesmo por práticas discriminatórias, abre-se um terreno fértil para a vulnerabilidade social e para o ingresso em trajetórias de marginalização. Pesquisas indicam que a evasão escolar está diretamente relacionada ao aumento da exposição a contextos de violência, marginalidade e criminalidade (Abramovay & Castro, 2006).

O estudante que abandona a escola não perde apenas a oportunidade de concluir sua formação acadêmica, mas também se afasta de um espaço de socialização e de proteção. A escola é um dos principais ambientes de convivência coletiva e, quando esta se rompe, o jovem tende a buscar pertencimento em outros espaços, que nem sempre oferecem condições positivas de desenvolvimento. Segundo Waiselfisz (2016), a ausência da escola como mediadora de oportunidades pode favorecer a inserção precoce de adolescentes e jovens em práticas ilícitas, elevando a probabilidade de envolvimento com o sistema prisional.

A relação entre exclusão escolar e encarceramento também se manifesta no fenômeno conhecido como **pipeline escola-prisão**, discutido em estudos internacionais e que encontra eco na realidade brasileira. Esse conceito descreve a forma como políticas educacionais excludentes, combinadas à desigualdade social e racial, podem empurrar jovens – em especial os das periferias – para fora da escola e, em muitos casos, para dentro do sistema penal (Soares, 2011).

Outro aspecto relevante é a desigualdade racial. Dados mostram que a população negra é a mais afetada tanto pela evasão escolar quanto pelo encarceramento. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), mais de 66% das pessoas presas no Brasil são negras, o que revela como a exclusão educacional se articula com processos históricos de discriminação racial. Nesse sentido, políticas educacionais que não enfrentam o racismo estrutural acabam reproduzindo ciclos de exclusão que culminam no aumento da população carcerária.

Para enfrentar essa problemática, é essencial compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como local de construção de cidadania e de garantia de direitos. Estratégias como programas de permanência, políticas afirmativas, valorização cultural, combate ao preconceito e ampliação de oportunidades podem reduzir significativamente os índices de evasão escolar e, consequentemente, quebrar a lógica que transforma a exclusão da escola em caminho para o presídio (Paiva & Pimenta, 2019).

Assim, a exclusão escolar deve ser entendida como uma das raízes da vulnerabilidade social e do encarceramento em massa. Combater esse ciclo exige investimento em educação pública de qualidade, políticas sociais inclusivas e uma visão da escola como espaço de resistência, acolhimento e emancipação.

A evasão e a exclusão escolar não ocorrem de forma isolada, mas estão relacionadas a um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais, como pobreza, racismo, desigualdade de oportunidades e ausência de políticas públicas consistentes (Dayrell, 2007). Quando a escola falha em garantir a permanência dos estudantes, abre-se espaço para a marginalização social, que pode culminar em trajetórias marcadas pela violência e, muitas vezes, pela privação de liberdade.

Nesse sentido, Wacquant (2001) argumenta que há uma conexão estrutural entre a desorganização do sistema educacional e a expansão do sistema penal. Para ele, sociedades marcadas por desigualdade tendem a substituir políticas de inclusão social por mecanismos de punição e encarceramento. No Brasil, essa realidade se reflete nos altos índices de jovens negros e pobres que, após abandonarem ou serem excluídos da escola, tornam-se alvo do sistema de justiça criminal (IPEA, 2015).

É importante destacar que a exclusão escolar não se resume ao ato formal de expulsão, mas envolve processos mais sutis, como a falta de acolhimento, práticas pedagógicas descontextualizadas e currículos que não dialogam com a realidade dos estudantes (Arroyo, 2014). Tais fatores contribuem para que muitos alunos sintam-se deslocados no ambiente escolar, reforçando a ideia de que a escola não lhes pertence.

A partir dessa realidade, pode-se compreender que a escola, quando excludente, funciona como uma “porta de saída” para o presídio. A ausência de políticas educacionais inclusivas e emancipadoras, alinhadas a um projeto de sociedade mais justa, contribui para o fortalecimento de um ciclo de exclusão e encarceramento (Zaluar, 2014).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos fenômenos da exclusão escolar e da violência no contexto da educação básica evidencia que ambos se interligam em um ciclo que compromete o desenvolvimento humano, social e educacional dos estudantes. A evasão e o fracasso escolar não representam apenas um afastamento do ambiente de aprendizagem, mas se configuram como fatores que potencializam a vulnerabilidade social e o risco de envolvimento com a criminalidade, funcionando como um dos caminhos que levam muitos jovens ao sistema prisional.

Por outro lado, a violência escolar, seja ela física, psicológica ou simbólica, reforça processos de marginalização e exclusão, uma vez que fragiliza vínculos, intensifica desigualdades e dificulta a construção de uma escola democrática, segura e inclusiva. Assim, a violência e a exclusão não podem ser analisadas como eventos isolados, mas como expressões de problemas estruturais da sociedade, que encontram na escola um espaço de reprodução, mas também de possibilidade de transformação.

Portanto, torna-se urgente a adoção de políticas públicas efetivas que promovam uma educação de qualidade, equitativa e socialmente comprometida, com ênfase na valorização da diversidade, na mediação de conflitos e no fortalecimento dos laços comunitários. A escola, enquanto instituição formadora de cidadãos, deve ser concebida como espaço de acolhimento e emancipação, capaz de romper o ciclo excludente que conduz da sala de aula ao cárcere e de construir alternativas concretas para a prevenção da violência e para a inclusão social

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M., & Castro, M. G. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. UNESCO. 2006.
- AGOZINO, A. C. **Violência política en el siglo XXI**. Ciudadela: Dosyuna Ediciones Argentinas, 2011.
- ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes. 2014.
- BARRETO, V. Educação e violência: reflexões preliminares. In: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). Violência e educação. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992
- CANDAU, V. M. F. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CUNHA, E. F. Gestão de conflitos na escola: práticas e desafios. São Paulo: Cortez. 2017.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, 4(8), 432-443. 2002.
- DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. Belo Horizonte: UFMG. 2007.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP. 2022
- FUKUI, L. Segurança nas escolas. In: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). Violência e educação. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.
- GONÇALVES, L. A. O.; T, S. P. (Org.). A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório sobre violência nas escolas brasileiras. Brasília: INEP. 2018.
- IPEA. Juventude e violência no Brasil: vulnerabilidade social, criminalidade e políticas públicas. Brasília: IPEA. 2015
- LOPES, R. C., & Silva, F. A. (2018). Violência escolar e práticas pedagógicas: desafios para o professor. Revista Educação e Pesquisa, 44, e167979.
- OLIVEIRA, R. A., & Silva, L. M. Bullying e violência escolar: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, 25(80), 1-20. 2020
- OLIVEIRA, I. A. Educação e cultura da paz: reflexões e práticas no espaço escolar. São Paulo: Cortez. 2016.
- PAIVA, V. Violência e pobreza: a educação dos pobres. In: BARRETO, Vicente; PAIVA, V.; ZALUAR, A. (Org.). Violência e educação. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

PAIVA, A., & Pimenta, C. Educação, desigualdades e políticas de permanência escolar. São Paulo: Cortez. 2019.

SENNA, A. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford. CONSED. UNDIME, 2004.

SILVA, L. C. Violência escolar: causas, consequências e estratégias de enfrentamento. Revista Brasileira de Educação, 15(45), 365-380. 2010.

SOARES, L. E. Educação e violência: o ciclo escola-prisão. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil. 2016

ZALUAR, A. Exclusão social e violência. In: BARRETO, Vicente; PAIVA, V.; ZALUAR, A. (Org.). Violência e educação. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

ZALUAR, A. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan. 1994

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV. 2014